

QUESTÕES PARA SE PENSAR O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA E PAUTA EXPORTADORA NO PERÍODO 2003-2010 ¹

ANA MARÍA RITA MILANI
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

RECEBIDO: 29 de Junho de 2012 / ACEITADO: 20 de Dezembro de 2012

1. INTRODUÇÃO

No final da década de 1980, a maioria dos países em desenvolvimento passou por um processo de reformas estruturais que levou a essas economias a um novo estágio de desenvolvimento dentro da economia mundial. Em relação aos países da América Latina, a década de 1990 marcou o triunfo da política econômica neoliberal. Os “velhos” paradigmas do desenvolvimento baseados na industrialização por substituição de importações, com economia fechada, e com grande participação do Estado foram substituídos por um mecanismo de economia aberta e uma menor interferência do Estado, através de um massivo programa de privatização. Essas medidas de política implementadas no Brasil trouxeram no âmbito acadêmico o debate sobre a possibilidade de o país estar vivenciando um processo de mudança estrutural.

É de larga data a preocupação com o papel da mudança estrutural e sua influência no crescimento econômico. Na América Latina, foi um tema muito presente nas reflexões pioneiras sobre o desenvolvimento econômico especialmente dos trabalhos clássicos de Hirschmann e Prebisch na década de 1950.

Paralelamente e com base na teoria convencional surgem modelos que tinham como objeto de estudo o crescimento econômico com base em funções de produção agregadas, que por definição ignoram diferenças setoriais. São exemplos desta linha de pensamento os modelos pioneiros de Harrod-Domar, Solow, Swan, Ramsey, entre outros. Nesses modelos a mudança estrutural assim como a tecnologia é deixada em segundo plano, só voltando à tona após a metade dos anos 1980, quando passou a receber a atenção das agendas de pesquisa ligadas à inovação tecnológica.

A relação entre estrutura industrial e desenvolvimento econômico ainda está em processo de construção sem ter linhas ou arcabouços estabelecidos. A visão

¹ Artigo apresentando no *I Circuito de Debates Acadêmicos*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Associações de Pós-graduação em Ciências Humanas. *II Conferência do Desenvolvimento*. Brasília, 23 a 25 de novembro de 2011.

convencional defende a ideia de que a especialização produtiva baseada em vantagens comparativas é uma solução superior na promoção do bem-estar da sociedade. Os críticos entendem que o padrão de especialização importa tanto para o ritmo quanto para o alcance do processo de desenvolvimento, questionando quando o setor industrial deve começar sua especialização.

Pode-se dizer que a partir da década de 1990 o Brasil vivencia um processo de mudança estrutural com início de uma especialização da estrutura industrial em setores de pouco dinamismo intra-industrial, como por exemplo, os de *commodities*, fenômeno que se aprofunda nos anos 2000. Esta tendência do perfil do desenvolvimento atual, que alguns autores sinalizam como processo de desindustrialização, tem como contrapartida a concentração da pauta exportadora com produtos de baixo valor agregado.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar como se apresenta a mudança estrutural na indústria a partir da aplicação do modelo de ajuste estrutural, tentando ilustrar como esse processo repercute na especialização produtiva e na forma de inserção internacional através da especialização da pauta exportadora.

2. A REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA NO BRASIL E O DEBATE ACERCA DO CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO.

Entre os analistas econômicos é consenso que o país passou por uma significativa transformação estrutural e que os ganhos de produtividade alcançados pela indústria na década de 1990 foram resultados dessas mudanças. Estas atingiram principalmente o setor industrial, e para muitos negativamente. Para a corrente teórica “novo-desenvolvimentista”, por exemplo, a economia brasileira já vem passando por um processo de desindustrialização nos últimos 20 anos, em virtude da combinação de políticas que contemplam a abertura financeira, a valorização dos termos de troca e o câmbio apreciado (Loures, Oreiro e Passos, 2006; Bresser-Pereira e Marconi, 2009). A corrente mais ortodoxa, ao contrário, interpreta as mudanças como positivas. Sustenta que as transformações recentes acontecidas na economia brasileira não tiveram efeito negativo sobre a indústria, pelo contrário, esta última foi beneficiada pelas reformas (Schwartzman, 2009).

Com relação ao conceito de desindustrialização é pertinente realizar algumas observações. Segundo Rowthorn e Ramaswany (1999), o conceito clássico de desindustrialização guarda analogia com a redução do emprego industrial no país ou região. Assim, considerando essa conceituação, os países desenvolvidos teriam passado por um processo de desindustrialização na década de 1970 e os da América Latina na década de 1990.

Segundo Singh (1987), desindustrialização consiste no declínio da produção ou do emprego industrial em termos absolutos ou como proporção do produto ou emprego nacional, o que é, muitas vezes, caracterizado como uma consequência normal do desenvolvimento econômico bem sucedido em países avançados, estando relacionado com as melhorias do padrão de vida da sociedade (Rowthorn e

Ramaswamy, 1999). Nessa perspectiva, no primeiro momento ter-se-ia uma queda de participação da agropecuária no produto interno bruto e aumento do setor industrial. No segundo momento, os serviços ganham espaço e a indústria perde peso.

Para Tregenna (2009), desindustrializar constitui uma situação na qual tanto o emprego industrial quanto o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

Oreiro e Feijó (2010) salientam que a desindustrialização não necessariamente está relacionada com a queda ou estagnação da produção do setor industrial, mas quando esse setor perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado. Dessa forma, a simples expansão da produção industrial – em termos de *quantum* – não pode ser utilizada como “prova” da inexistência de desindustrialização.

Outro tema que muitas vezes é relacionado com a desindustrialização é a “doença holandesa”. Ela pode ser entendida como o processo no qual há desindustrialização e esta vier acompanhada de uma “reprimarização” da pauta exportadora, com as exportações tendendo a serem formadas por *commodities*, produtos primários ou de baixo conteúdo tecnológico. Segundo Bresser-Pereira (2010), a desindustrialização com essas características pode ser classificada como “negativa”, pois evidencia uma “falha de mercado” na qual a descoberta de recursos naturais escassos faz com que se produza uma apreciação da taxa de câmbio real, gerando externalidade sobre o setor produtor de bens manufaturados.

Feitas estas considerações, apresentaremos na próxima subseção como foi interpretada a desindustrialização no Brasil.

2.1. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E A MUDANÇA ESTRUTURAL ACONTECERAM NO BRASIL?

O processo de desindustrialização no Brasil, no período de 1996 a 2007, deu margem a diferentes interpretações. Às vezes, é utilizada uma conotação negativa para caracterizá-lo, tal como sinônimo de destruição da indústria, ou de alguns de seus ramos mais importantes. No entanto, segundo o informe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) (2005), esta não é a melhor caracterização. Segundo esse instituto a América Latina e, especificamente, o Brasil vivenciaram um processo de “desindustrialização negativa”, com queda de importância do setor industrial e do emprego, o que comprometeu o desempenho da economia na década de 1990.

O IEDI (2005) afirma que ocorreu desindustrialização no Brasil na década de 1990, no entanto, o setor industrial manteve uma significativa diversificação. Apesar de ter perdido alguns segmentos e elos de cadeias decisivas para a industrialização contemporânea, foram preservados setores tecnológicos de ponta, o que de alguma maneira possibilitou ampliar sua produtividade e capacidade exportadora. Esta configuração da mudança estrutural levou ao IEDI a afirmar que houve desindustrialização, mas que ela foi relativa. Ela está relacionada a mudanças na

estrutura industrial e não com a queda do peso da indústria na participação do PIB.

Como se pode verificar são dois os setores que ganham destaque no processo de mudança que a indústria experimentou no período: a) setores tradicionais como têxtil e vestuário e o de material elétrico e eletrônico que tiveram perda de participação na estrutura industrial –eles seriam exemplo de desindustrialização localizada; e b) setores intensivos em recursos naturais apresentaram uma maior especialização produtiva da indústria.

Na Tabela 1, pode-se observar que o setor de *commodities* aumentou sua participação na produção em quase 4%. A indústria tradicional experimentou uma queda de aproximadamente 5%, enquanto as indústrias de maior conteúdo tecnológico apresentaram um comportamento estável no período. Verifica-se que, embora o movimento da estrutura produtiva não tivesse uma mudança significativa no período analisado, de acordo com os dados do IEDI (2005), nos anos anteriores os setores predominantes na matriz industrial do país eram os de maior conteúdo tecnológico.

Tabela 1.- Evolução do comportamento dos setores da indústria de transformação (% de participação)

Classificação Setorial	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Fabricação produtos de minerais não-metálicos	3,75	3,83	4,18	3,93	3,97	3,98	3,88	3,73	3,36	3,27	3,57	3,51
Extrativas	2,21	2,18	2,32	2,56	2,53	2,58	2,85	2,84	2,95	3,64	3,65	3,73
Fabric. produtos do fumo	1,07	1,09	0,94	0,96	0,79	0,83	0,92	0,80	0,92	0,86	0,85	0,79
Fabric. celulose e papel	4,27	3,85	3,87	4,52	4,59	4,24	4,75	4,73	4,08	3,99	3,98	3,94
Fabric. prod. de madeira	1,28	1,28	1,22	1,49	1,32	1,37	1,51	1,80	1,78	1,64	1,55	1,51
Metalurgia básica	7,05	7,33	7,32	7,64	8,00	8,01	8,78	9,20	10,53	10,48	10,61	10,87
Fabric. produto químicos	14,95	15,32	15,27	17,32	16,73	16,51	16,01	16,46	16,60	15,46	14,89	14,91
<i>Commodities</i>	34,56	34,89	35,12	38,41	37,94	37,52	38,71	39,56	40,22	39,33	39,08	39,25
Material de transporte	11,75	12,31	11,02	9,79	10,60	10,43	10,50	11,75	12,22	13,57	13,00	13,42
Material eletrônico e comunicações	4,39	4,13	3,76	4,31	5,00	4,96	4,08	3,18	3,99	3,58	3,75	2,87
Fabricação máquinas e equipamentos	7,29	7,42	7,28	6,53	6,37	7,17	7,20	6,93	7,16	6,82	7,04	7,71
Sub-total maior conteúdo tecnológico	23,43	23,86	22,06	20,62	21,97	22,55	21,78	21,86	23,37	23,97	23,78	24,00
Fabric. produtos alimentícios e bebidas	23,62	23,53	24,72	23,83	22,36	23,98	24,90	23,85	22,94	22,90	23,37	22,94
Fabricação de artigos de borracha e plástico	4,59	4,63	4,70	4,64	5,35	4,59	4,41	5,23	4,64	4,82	4,69	4,67
Fabricação de móveis e indústrias diversas	2,64	2,65	2,83	2,60	2,75	2,51	2,29	2,11	1,94	1,94	2,07	2,01
Edição, impressão e reprod. de gravações	4,01	4,01	4,09	3,57	3,63	3,35	2,87	2,68	2,46	2,50	2,49	2,39
Fabric. produtos têxteis	4,21	3,75	3,69	3,83	3,77	3,42	3,25	3,09	2,94	2,75	2,72	2,60
Confec. de artigos do vestuário e acessórios	2,95	2,68	2,79	2,49	2,24	2,08	1,81	1,61	1,49	1,78	1,80	2,15
Indústria tradicional	42,01	41,25	42,82	40,96	40,09	39,93	39,52	38,58	36,42	36,69	37,14	36,75

FONTE: Elaboração própria com dados da PIA (IBGE) (vários anos).

Kupfer e Carvalho (2010) argumentam a respeito das atividades que obtiveram dinamismo, que elas apresentavam um perfil de investimento de retornos rápidos e baixo risco, como no caso de setores de baixo conteúdo tecnológico. A conclusão a que se chega, de modo geral, é que o setor industrial brasileiro não avançou durante os anos 1990 e perdura a mesma tendência na década seguinte.

As informações desse período corroboram para uma reflexão preocupante, a de que a despeito de todas as mudanças, reformas e ajustes pelos quais o Brasil passou, o país parece ter se afastado um pouco mais do mundo desenvolvido do que dele se aproximado. Pois o caminho da mudança estrutural experimentada pelo Brasil levou-o a inclinar-se para uma relativa especialização em setores produtores de *commodities*. É o que se pode chamar ou qualificar de especialização regressiva² (IEDI, 2005).

Outro problema é que a maior participação das *commodities* transforma-se, em certa medida, numa tendência para a reprimarização da economia. Na visão mais ortodoxa, essa especialização da produção com base nas vantagens comparativas sempre é bem-vinda em qualquer estágio do desenvolvimento. No entanto, os modelos sugeridos para as economias avançadas quando aplicados às periféricas trazem uma série de problemas, pois não se adaptam ou não constituem uma moldura adequada nesses últimos países, como é o caso do Brasil.

O pensamento cepalino já advertia para esse fato quando diferenciava o “centro” e a “periferia” do capitalismo³, salientando que a estrutura socioeconômica periférica tinha um modo próprio de se industrializar, uma forma particular de introduzir o progresso técnico, como também uma maneira específica de absorver mão de obra e distribuir renda. E as ideias da CEPAL parecem pertinentes até hoje, elas ainda explicam realidade brasileira atual, é claro, que com as diferenças do novo contexto histórico. Se essas teses ainda dizem muito sobre o Brasil, é porque sua forma de inserção internacional voltou a tomar características de periférica, ou seja, como nação produtora de *commodities*. No obstante, é necessário entender as razões que conduziram a economia brasileira a reproduzir e ampliar essa característica.

Na próxima seção, apresentar-se-ão alguns dados ilustrativos da economia brasileira da última década, com intenção de verificar como se dá o processo de especialização da pauta exportadora.

2 Com relação à questão da especialização, Rodrik (2010) argumenta que só os países que alcançaram um estágio avançado do desenvolvimento poderiam se especializar, porque o que os levou até esse estágio foi a diversificação e não especialização. Corroborando com essa ideia, Rowthorn e Wells (1987) argumentam que este processo: diversificação, antes, e especialização, depois, conforme o avanço do desenvolvimento é característico dos países centrais, os quais têm uma maior elasticidade-renda do setor de serviços com relação à indústria. Entretanto, consideram que os países em desenvolvimento não apresentam essa dinâmica, pelo contrário, vivenciam uma desindustrialização prematura gerada como decorrência de uma reorientação produtiva.

3 Para CEPAL, o processo de crescimento, emprego e distribuição de renda seriam diferentes do que ocorre nos países centrais, principalmente porque os países periféricos possuem uma estrutura pouca diversificada e tecnologicamente heterogênea.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO “GOVERNO LULA”: ALGUNS DADOS ILUSTRATIVOS

Nesta seção, será abordado o comportamento de algumas variáveis de importância para o entendimento do modelo atual de desenvolvimento e do padrão de crescimento que o sustenta. O crescimento recente, apresentado na Tabela 2, evidencia um padrão *stop and go*, como nos últimos 20 anos da história do Brasil. As políticas neoliberais não conseguiram construir um modelo de desenvolvimento que gerasse um crescimento sustentado. Na década de 1990 a economia cresce em média de 2,7% e na última década a taxa de crescimento se situou ao redor de 4% a.a.

Tabela 2.- Evolução do crescimento do Brasil - 1996-2010

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<i>PIB-Var. real anual</i>	4,42	2,15	3,38	0,04	0,25	4,31	1,31	2,66	1,15	5,71	3,16	3,96	6,09	5,17	-0,3	7,53	2,73

FONTE: Elaboração própria, dados Ipeadata (2011).

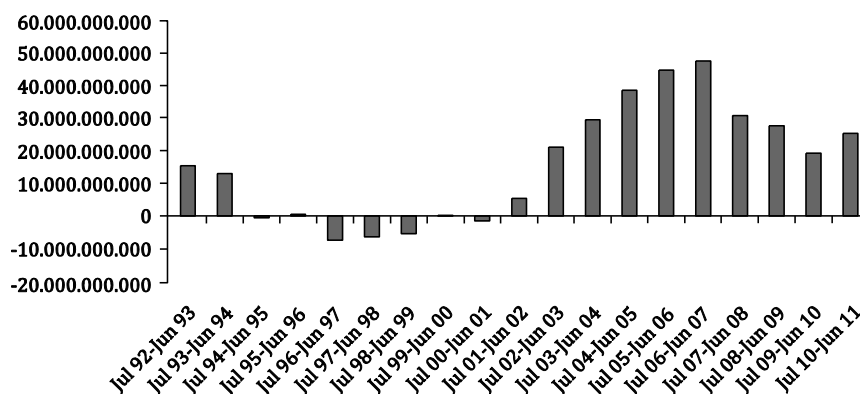
Dentro dos componentes da demanda agregada, a única variável que teve um comportamento crescente influenciando positivamente as fontes de crescimento tem sido as exportações líquidas que apresentaram taxas de expansão crescente desde 2002. Em linhas gerais, o ciclo de crescimento internacional pode ser atribuído: ao fraco desempenho da economia doméstica (absorção interna); ao extraordinário crescimento do comércio internacional; à elevação dos preços das *commodities* e condições relativamente estáveis de liquidez internacional até 2008.

No gráfico 1 podemos observar a evolução do saldo comercial nos últimos vinte anos. Na década de 1990 existiu uma tendência de aumento dos déficits que foi revertido no começo do século, para mostrar-se como uma característica persistente. No entanto, o dinamismo apresentado pelas exportações líquidas pode ser relacionado a fatores externos que, por sua vez, reforçam o perfil tecnológico da balança comercial, qual seja: superávit em setores básicos como as *commodities* primárias e em setores intensivos em recursos naturais. Apesar do superávit na balança comercial ser um dado alentador para o Brasil, existem dois pontos que não podem deixar de ser salientados como preocupantes: a) a dependência dos saldos comerciais dos ganhos de termos de troca e b) a concentração da pauta exportadora em produtos básicos.

Com relação ao segundo fenômeno, entre os anos de 2005 e 2010 a participação dos produtos básicos na pauta exportadora aumenta de aproximadamente de 29% para 48%, e como contrapartida pode-se observar que os produtos manufaturados perderam participação na pauta de 56% para 36% como mostra o Gráfico 2. Este ponto ganha relevância por ser um dos mais debatidos entre os analistas, sendo que alguns levantam a hipótese que esta situação do comércio se explica em grande parte pela dinâmica dos preços das *commodities* que tiveram um ganho de 150% no período, contra 65 % dos manufaturados (IPEA, 2012).

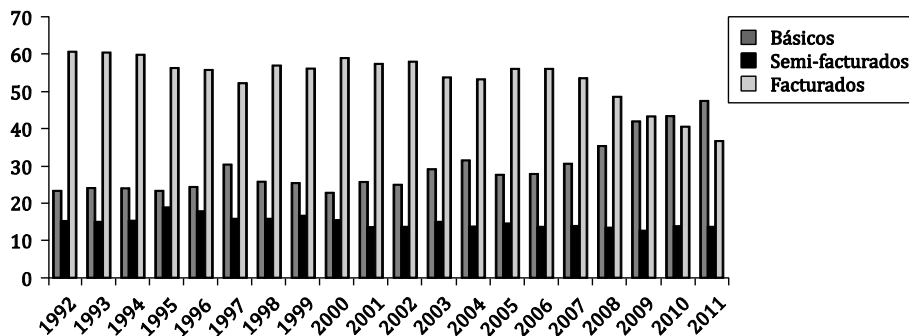
Embora, os preços tenham influenciado no comportamento da pauta exportadora não é a única causa que explica a especialização em *commodities*. Há outro fator relevante na configuração mundial atual na qual a China ganha especial destaque, fundamentalmente porque desde meados dos anos 1980 vem se perfilando como *hub global* alterando a geografia econômica e o perfil da demanda das matérias primas.

Gráfico 1.- Balança comercial brasileira – U\$\$ FOB (acumulado 12 meses)



FONTE: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2011).

Gráfico 2.- Evolução do comércio por fator agregado



FONTE: Dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2011).

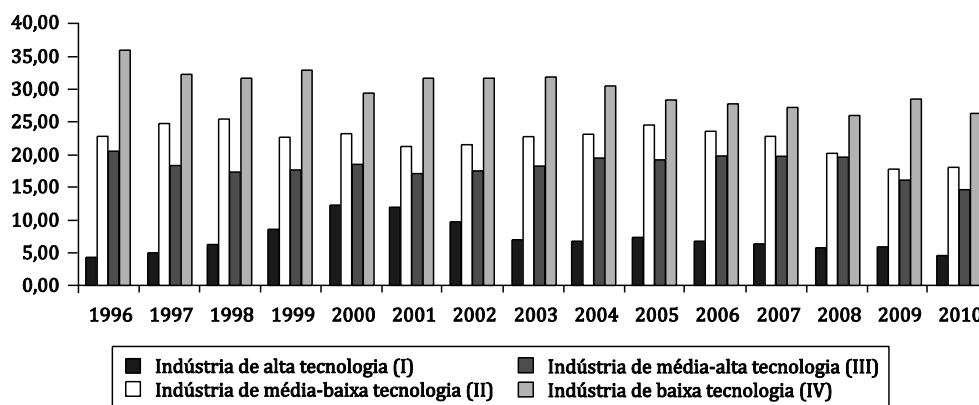
Entretanto, a preocupação que se observa com relação à balança comercial relaciona-se com a piora do desempenho das vendas externas de manufaturados. Ilustra essa característica o Gráfico 3 que tem como base as exportações dos setores industriais por intensidade tecnológica segundo classificação da OCDE. Este fenômeno pode ser explicado por dois fatores: o efeito demanda e o efeito competitividade. Com relação ao primeiro dos fatores, no contexto mundial houve crescimento da demanda de *commodities*, como explicado anteriormente (IPEA,

2012). Com relação ao efeito competitividade, este pode ser associado à política cambial e fatores estruturais.

Com relação a esses fatores, pode-se dizer que os problemas estruturais da economia brasileira estariam inseridos no bojo do conjunto de políticas de corte neoliberal aplicados na década de 1990 –modelos de ajuste estrutural–, que tiveram como objetivo a estabilização da economia através do Plano Real. O país não foi capaz de combinar o crescimento do produto junto com exportações de manufaturados, devido à reduzida taxa de investimento associada a duas restrições fundamentais: a manutenção de taxas baixas de inflação com valorização cambial.

O perfil tecnológico das exportações do Brasil, caracterizado por concentração de exportações em *commodities* primárias e bens de baixa intensidade tecnológica foi um dos fatores responsáveis pelo baixo dinamismo da economia nas últimas décadas. Atualmente, existe uma conjuntura externa favorável ao perfil das exportações brasileiras porém, não se pode deixar de salientar a fragilidade estrutural que apresenta o setor exportador. Essa fragilidade relaciona-se com a vulnerabilidade das flutuações dos preços internacionais e o baixo valor agregado que esses produtos apresentam, com pouco efeito dinâmico em termos de geração de renda e emprego. Dessa forma, pode-se observar que partir das políticas implementadas no Brasil a indústria sofre um especialização regressiva, embora localizada e de forma relativa que questiona as possibilidades de crescimento sustentado. Este fenômeno, junto com as condições externas favoráveis para exportações de *commodities* ajudaram a especializar também a pauta exportadora.

Gráfico 3.- Participação das Exportações Brasileiras dos setores industriais por intensidade tecnológica no total de exportações industriais (%) (*)



(*) Classificação extraída da OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

FONTE: SEDEX/MDIC, 2012.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo modelo de desenvolvimento para o Brasil apresenta-se caracterizado com taxas de crescimento de *stop and go*, tendo como variável dinâmica as exportações líquidas. Embora nesta última década o desempenho apresente uma *performance* dos indicadores econômicos melhores do que na década de 1990, o modelo de desenvolvimento atual levanta muitos questionamentos. Um deles relaciona-se à forma da inserção do Brasil na economia internacional, atualmente influenciada pela demanda chinesa de matérias-primas e produtos de alta intensidade de recursos naturais.

No período de estudo, o saldo da balança comercial apresentou-se superavitário, no entanto, com déficit nos bens manufaturados. É nesse sentido, que as teses cepalinas sobre dependência, centro-periferia, heterogeneidade estrutural voltam estar vigentes, só que no novo contexto histórico com os quais o Brasil deve lidar. Não se trata de não responder a esse grande estímulo da demanda chinesa que hoje se apresenta como a fonte do crescimento do país. Pelo contrário, poderia ser um caminho tratar de aproveitar esse contexto de uma forma engenhosa para traçar nova direção na senda do desenvolvimento.

Muitos autores chamam a atenção para a mudança na inserção na economia internacional considerando como fundamental a introdução de bens com maior valor agregado, mais diferenciados e intensivos em tecnologia. Por causa disso, é necessário encontrar as causas concretas do processo de desindustrialização e compará-lo com a tendência esperada da mudança estrutural, quais os fatores e condicionantes que afastaram a economia brasileira do caminho de uma pauta exportadora mais dinâmica. Por outro lado, a política de desenvolvimento do Brasil não deveria abrir mão do que foi uma característica do país dentro da região da América Latina, haja vista a diversificação industrial e a integração das cadeias produtivas. Ao se conservar esta diversidade junto a uma nova política industrial e tecnológica, o país poderia se desenvolver com base em uma consolidação da produção mais competitiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (2005): *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?* São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IDEI).
- BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (2012): *Conjuntura em Foco*, 17 (4) (Fevereiro). Brasília/Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEI).
- BRESSER-PEREIRA, L. (2010): *Brasil vive desindustrialização*. <www.bresserpereira.org.br/articles/2010-151>.
- BRESSER-PEREIRA, L.; MARCONI, N. (2009): "Doença holandesa e desindustrialização", *Valor Econômico*, 25/11/09.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA (2012): *Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre América Latina*. (Série 117-Macroeconomía del desarrollo). Santiago de Chile: Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).

- KUPFER, D.; CARVALHO, L. (2010): *A transição da indústria brasileira: da diversificação para a especialização*. (10 de maio de 2010). <www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/.../texto3010.pdf>.
- LOURES, R.R.; OREIRO, J.L.; PASSOS, C.A.K. (2006). "Desindustrialização: a crônica da servidão consentida", *Economia e Tecnologia*, 2 (4), pp. 19-26.
- MATTOS, F. (2000): "Retrospectiva histórica del proceso de globalización financiera", *Revista Investigación Económica*, 60 (233), pp. 113-147.
- OREIRO, J.L.; FEIJÓ, C.A. (2010): "Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro", *Revista de Economia Política*, 30 (2), pp. 219-232.
- RODRIK, D. (2010): *Industrial Policy for the Twenty-First Century*. Cambridge, MA: Harvard University, John H. Kennedy School of Government. (10 de Maio de 2010). <www.ksg.harvard.edu/rodrick>.
- ROWTHORN, R.; RAMASWANY, R. (1999): "Growth, Trade and Desindustrialization", *IMF Staff Papers*, 46 (1), pp. 18-41.
- SCHWARTSMAN, A. (2009): "Uma Tese com Substâncias", *Folha de São Paulo*, 19/08/09.
- SINGH, A. (1987): "Manufacturing and De-Industrialization", en J. Eatwell, M. Milgate e P. Newman [ed.]: *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*. London: The Macmillan Press.
- TREGENNA, F. (2009): "Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally", *Cambridge Journal of Economics*, 33 (3), pp. 433-466.